

COTIDIANO E TRABALHADORES POBRES:

A difícil tarefa de habitar o Recife nos anos 1920.

VITTOR LEANDRO BEZERRA PRESTRELO¹

RESUMO

O presente artigo chega com o intuito de historicizar e discutir problemas relacionados aos trabalhadores pobres do Recife, tendo em vista o processo modernizador pelo qual a cidade passava. Os diversos prefeitos que estiveram à frente da capital de Pernambuco fizeram o possível para modificar costumes e práticas comuns aos habitantes recifenses, principalmente aqueles hábitos considerados “retrógrados” ou “coloniais”. O intuito era transformar o Recife em cidade “civilizada”. No entanto, a tarefa não era tão simples assim.

PALAVRAS CHAVE: RECIFE, MODERNIDADE, TRABALHADORES POBRES, COTIDIANO.

A difícil tarefa de habitar o Recife nos anos 1920.

Os anos 1920 marcam o Recife através das intensas mudanças pelas quais a cidade passou. Ao longo da década vemos a cidade ser transformada aos moldes de cidades consideradas “adiantadas” como o Rio de Janeiro, Londres ou Paris. Os diversos prefeitos que estiveram à frente da capital de Pernambuco fizeram o possível para modificar costumes e práticas comuns aos habitantes recifenses, principalmente aqueles hábitos considerados “retrógrados” ou “coloniais”. O intuito era transformar o Recife em cidade “civilizada”.

Recife pode ser considerada como uma cidade paradoxal. Passou o decurso dos anos vinte “assistindo” o embate entre as tradições e a moderno e suas “maravilhas”. Como não poderia deixar de ser a modernidade com toda a sua força ocupou papel central nesta trama. Pensando em concordância com Antonio Paulo Resende:

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da cultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vittor.prestrelo@yahoo.com.br.

2

“A modernidade pode ser concebida como um processo civilizatório. Ela não demoliu todas as tradições, nem as menosprezou. Seu diálogo com as tradições foi fundamental. Sem compreendê-lo fica difícil analisar as profundidades de suas perspectivas. Nas mudanças trazidas pela modernidade, observamos componentes das culturas gregas, romanas, cristã e judaica. Com isso, há permanências indiscutíveis, não apenas na formulação dos pensamentos filosóficos, como também nos hábitos e nas sensibilidades.” (RESENDE, 2012:08)

O Recife passa esse período, seguindo o exemplo brasileiro, envolvido nos modernismos de Gilberto Freyre, Portinari, Graciliano Ramos, Joaquim Inojosa, Mário de Andrade e outros.²

Tais transformações alteraram bastante a vida dos moradores recifenses. A luz elétrica, por exemplo, em meados de 1920 já estava relativamente popular no Recife. Outro ponto: em concordância com Sylvia Couceiro, pensamos que a industrialização pelo qual algumas cidades do Brasil passavam, trouxe de modo geral muitos benefícios para seus habitantes como o aumento das condições de higiene, conforto e a facilitação do trabalho.³ No entanto, pensamos que devemos problematizar e mostrar que para além dos benefícios muitas vezes aconteciam problemas advindos destas “maravilhas modernas”.

Com o advento da modernidade, muitos trabalhadores pobres do Recife vão ter suas vidas e profissão profundamente alteradas. Ao mesmo tempo em que trazia benefícios, a modernidade mostrava suas “garras”. Ao permitir a entrada de vários utensílios modernos, que de certa forma, facilitava a vida de alguns prejudicava o labor de outros. Era o caso dos barbeiros que perderam vários clientes por causa das lâminas de barbear que permitiam que cada um fizesse suas barbas em casa, não necessitando mais pagar um profissional para isso.⁴

² RESENDE, Antonio Paulo. **As costuras das histórias: o Recife e a modernidade**. In: **Os anos 1920: histórias de um tempo/** Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Resende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

³ COUCEIRO, S. C. . **Cenas urbanas: conflitos, resistências e conciliações no processo de modernização da cidade do Recife/ Brasil nos anos 1920**. En *Historia social urbana. Espacios y flujos*, Ed. Eduardo Kingman Garcés, 139-153. Quito: Colección 50 años FLACSO. Pág. 144.

⁴ Idem. Pág. 147.

3

Os automóveis constituem outro importante exemplo. Foi para o gozo destas máquinas que ruas foram abertas, casarões e prédios derrubados e práticas alteradas. A rua passou a ser do “auto” ao invés das pessoas. Ao passo que permitiam que pessoas abastadas cruzassem a cidade com mais velocidade, economizando tempo, devido a imprudência, imperícia e negligência dos seus condutores, muitas vezes desastres aconteciam. Outra questão: com a introdução cada vez maior, de automóveis no Recife, o transporte público passa a perder cada vez mais status, sendo encarado como transporte de pobre,⁵ pois aqueles que possuíam seu “auto” não iam querer ser transportado “apinhado” nos bondes ou nas maxambombas do Recife.

Como não poderia deixar de ser a modernidade alterou o modo como as pessoas se divertiam. Ao longo da década de vinte podemos perceber como era variada a gama de divertimentos “modernos” introduzidos no Recife. Um dos principais era o futebol, que dia após dia ganhava público, mesmo entre as classes mais humildes. Não é raro encontrarmos, em jornais de época, notícias dando conta do público, destacando inclusive a presença de “senhoras e senhorinhas” presentes. Foi o que aconteceu no dia 02 de maio de 1921 em nota sobre os confrontos entre o “America Foot-Ball Club” e o “Centro Sportivo do Peres”.

“Para uma regular assistencia effectuaram-se hontem no “America Parque” os encontros de campeonato entre os 1os., 2os. e 3os. quadros dos sympatisados grêmios esportivos “America Foot-Ball Club” e “Centro Sportivo do Peres”. Allegronou-nos grandemente o termos ocasião de ver naquelle campo a presença de innumeradas senhoras e senhorinhas, prova evidente do beneficio resultado do advindo da medida posta em prática pela L.P.D.T. (Liga Pernambucana de Desportos Terrestres) dando franca entrada as senhoras em nossas praças esportivas.”⁶

Outra questão importante: o fato de no Brasil o futebol ser caracterizado como uma atividade de elite, não nos permite afirmar que trabalhadores pobres não eram

⁵ Idem. Pág. 150.

⁶ Jornal Pequeno, 02/05/1921

4 adeptos, inclusive vários times eram formados por empregados e operários de fábricas como forma de promoção de lazer e integração entre os participantes.⁷

Como não poderia deixar de ser, o futebol como divertimento também vira alvo de controle. Cada dia que passava o futebol ganhava novos adeptos e as “assistências” dos “matches” aumentavam. A L.P.D.T. (Liga Pernambucana de Desportos Terrestres) é criada justamente para regular e controlar este divertimento que crescia bastante no Recife atraindo, como já dissemos, cada vez mais pessoas.

Apesar de constatarmos o crescimento dos cinemas, teatros e outros modos modernos de se divertir, a “comercialização do lazer” torna-se um processo claramente parcial e que na vida comunitária das áreas proletárias as continuidades aconteciam com mais força.⁸ De fato, poucos trabalhadores podiam desfrutar das novidades modernas como as lutas de boxe, a roda gigante e até mesmo os cinemas, teatros e até o futebol. Talvez por isso em nossa pesquisa tenhamos encontrado tantas matérias de jornal envolvendo trabalhadores pobres em brincadeiras como o “cavalo marinho”, “ciranda”, ou seja, em brincadeiras tradicionais.⁹

No entanto, uma das características mais marcantes dos anos 1920 é o crescente aumento do custo de vida. Ao longo da década vemos crescer vertiginosamente o preço dos aluguéis das casas e dos gêneros de primeira necessidade. Tal circunstância, muitas vezes, agravava “asphixiantemente a situação das classes médias e operárias da população.” Segundo os jornais de época, era possível encontrar “numa mesma rua o xarque, por exemplo, de igual qualidade, por preços diferentes. E assim quanto ao feijão, a farinha, a banha, o toucinho, a batata, etc.”¹⁰

Em 1925, por exemplo, houve uma grande alta no preço da banha suína e no toucinho “da terra” fazendo com que a imprensa da cidade logo publicasse matéria denunciando. Estes dois itens geralmente eram fornecidos por produtores do Rio

⁷ LEITE LOPES, J. S. . **Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro**. In: C.H.M. Batalha, F. Teixeira da Silva, A. Fortes. (Org.). *Cultura de Classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, v. , p. 121-166.

⁸ KIRK, Neville. **Cultura: costume, comercialização e classe**. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. Pág. 61

⁹ Não iremos abordar mais profundamente esta questão uma vez que não é especificamente o propósito deste artigo.

¹⁰ A Província, 09/05/1925.

5

Grande do Sul, que na época passava por intensos embates “revolucionários” e políticos. Segundo a matéria, este estado de coisas, comprometia “as fontes produtoras de agricultura” daquela região. Se o preço da banha suína e do toucinho ameaçava subir lá, conseqüentemente, eram aumentados no Recife. O problema, na visão dos jornalistas, estava no fato de existir no Recife uma espécie de “especulação desenfreada” por parte dos comerciantes recifenses. Ainda de acordo com a matéria, o governo sul rio grandense, através de medidas “providenciais”, principalmente firmando acordos com os “merchants” locais, encarou o problema “da subsistência” e conseguiu abafar “os surtos da especulação desalmada.”¹¹

Ansiavam os jornalistas recifenses que as mesmas medidas tomadas no Rio Grande do Sul fossem tomadas aqui. Desejavam que o chefe do município interviesse de alguma maneira, fazendo com que os preços não aumentassem, pelo menos não apenas com base em especulações. Termina a matéria fazendo referência ao modo como os governantes sul rio grandenses trataram a situação:

“Isso está demonstrado como, pela boa vontade e o desejo de atender ás necessidades publicas, se consegue o barateamento da vida. De outra forma, nada se conseguirá. Isto de não querer bater nos açambarcadores nem com uma moeda de tostão, é procurar alimentar a desgraça do povo, que vive tão mal e tão desalimentado do estomago.”¹²

“A Província” não foi o único periódico a publicar este tipo de nota. Em 04 de Julho de 1928 o “Jornal do Recife” lançava material de mesmo teor sob o título “Vida Cara”. Segundo a nota a população de Pernambuco, “especialmente a grande maioria pobre, a massa enorme dos necessitados, seja da plebe ou da classe média, esta passando por um momento de apreensões horríveis”, não apenas por causa da situação, classificada como “acabrunhadora”, mas também pela falta de perspectiva de que no futuro a situação será melhor. Situava a questão como o mesmo que estar “de braços com uma crise enorme” uma vez que ela, aos olhos dos jornalistas, parecia ser “inexplicável”. E não pára por aí: a situação ainda é tida como “uma espécie de

¹¹ A Província, 09/05/1925.

¹² Idem.

6

tentáculos a sufocar o povo como se houvesse o propósito maldito de lhe tirar o alento da vida que ainda lhe resta.”¹³

Os poderes públicos mais uma vez não são esquecidos, pois deveriam tomar providencias frente ao problema, ou pelo menos, “minorar o estado de coisas”. Cita a nota que para os governos municipal, estadual e federal, tratam a questão “n’um gesto de desinteresse pelo bem colectivo”, e diante do problema pensam apenas em criar novos impostos, enchendo “as arcas do Thesouro, deixando-se o povo morrer de fome.”¹⁴

É interessante perceber que na nota o estilo de vida de ricos e pobres é abordado: “os ricos, estes têm haveres armazenados para os dias de calamidade; atravessarão o estio”. Entretanto os pobres, “aquelles que comem á noite o producto do labor expendido durante o dia, estes não se manterão, terão de cair, se a fome não os empelir para o roubo ou para outros crimes.” Nota-se também que na orientação do periódico, “quase sempre não pensa o homem que tem o estomago vazio.”¹⁵

Pede o jornal que se tomem medidas de prevenção emergenciais e que venham de encontro “as necessidades geraes”, pois caso a situação se prolongue por mais tempo ficará “insustentável”. Problema inclusive que era agravado por causa da renda total de uma família; normalmente uma família pobre era constituída entre 4 ou 5 pessoas, e não passava de 4 mil réis o dia, ou seja, 105\$000 o mês aproximadamente, excetuando-se os domingos não trabalhados. Ao final da matéria pergunta o jornal o seguinte: “E por ventura, não será um problema digno da atenção dos governantes, este que se prende immediatamente, á sorte do pobre, dos tectos sem luz e dos lares sem pão?”¹⁶

Alimentos como peixe, leite, carne, e principalmente o pão, frequentemente apareciam como sendo o objeto de matérias de jornal, através das denúncias sobre o aumento do preço destes produtos. Em agosto de 1924, por exemplo, o preço do peixe ganhou as páginas dos jornais devido a um “mal entendido” entre os peixeiros ambulantes e a prefeitura. Segundo nota oficial publicada no periódico, peixeiros e o “sr prefeito” entraram num “acordo” de que a partir do dia 1º de Setembro ficaria

¹³ Jornal do Recife, 04/07/1928.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Jornal do Recife, 04/07/1928.

¹⁶ Idem.

7

determinado que os peixes só poderiam ser vendidos no Mercado de São José pelo preço de 5\$000 o quilo os peixes de primeira qualidade (cavala, cioba, pescada, etc); e 3\$000 o “kilogramma” os de segunda qualidade (garajuba, garopa, tainha, etc). Ficava também “estabelecido” que o peixeiro que não cumprisse a norma, vendendo o peixe por um valor acima do estipulado, ou que apresentassem balança ou pesos “viciados”, estariam sujeitos a multa de 36\$000, fora apreensão do peixe.¹⁷

Logo após a nota oficial, havia um comentário do jornal sobre a medida tomada pela prefeitura. Argumentava que as colunas do periódico serviam para combater a “exploração desenfreada” executada pelos peixeiros ambulantes além de apelar para o chefe do executivo municipal. Sentenciava o comentário sobre a nota acima citada que:

“É só para esta alta autoridade do município a população e a imprensa podem voltar-se, neste momento em que em Pernambuco, a carestia da vida é fantástica, maior do que em qualquer outra parte, isto porque a especulação galopa desenfreadamente. O preço de 5\$000 o kilogramma do peixe, agora estabelecido oficialmente, não é ainda um preço módico; entretanto, é meio caminho andado: o que prova o que temos dito: ajam os poderes públicos e teremos minorada a carestia.”¹⁸

Todavia, não era apenas o preço do peixe que preocupava a imprensa recifense. O leite, por várias vezes, ocupou lugar nas colunas dos jornais. Acontecia, no período, que muitos vendedores de leite utilizavam em seu trabalho formas diferentes de medir a quantidade de leite que estava sendo vendida a seus clientes. Derivava disso muitas reclamações da população acerca da honestidade dos comerciantes, uma vez que a forma de medição do leite não era “oficial”, ficando aberta assim a possibilidade de algum comerciante mais “desalmado” enganar seu cliente. Segundo a nota, citada adiante, era possível encontrar “litros” com diferença para menos superior a 200 gramas. Tendo a prefeitura, à época chefiada por Joaquim Pessoa Guerra, ficado ciente da situação, resolveu agir: em matéria de primeira página, publicava uma nota oficial onde era informada a população sobre os novos “litros oficializados” que haviam sido encomendados e posteriormente deveriam ser adquiridos pelos comerciantes de leite. Sinais dos novos tempos, esta medida visava extinguir a forma como o leite era

¹⁷ A Província, 29/08/1924.

¹⁸ A Província, 29/08/1924.

8

vendido, além de dar ao popular a oportunidade de se defender de práticas consideradas antiquadas, ou em alguns casos desonesta.¹⁹

Entretanto, os dois itens de primeira necessidade mais encontrados nos jornais como sendo tema de notas em nossa pesquisa, foram o pão e a carne. Quase sempre preocupados com os preços destes dois itens, jornalistas gastavam várias linhas tratando dessa questão. Fora o preço, o pão ainda era várias vezes citado, pois acontecia de ser vendido com “demasiada diferença para menos do peso estipulado pela Prefeitura e em contravenção á clausula 7ª do Convênio dos Panificadores.” Não raro proprietários de padarias e panificadoras, chamados pelos jornalistas de “claudicadores”, eram multados por desobedecer as disposições municipais para a venda de pão.²⁰ Foi o que aconteceu em Maio de 1925 quando foram multados de uma só vez os donos:

“[...] das padarias Santa Rita, Nogueira, Polar, Royal, Primavera, Armada, (3 vezes), Mimosa, (2 vezes), Crystal, Japoneza, Jiriquity, Panificadora, Commercial S. Luiz, Casa Amarella, Fidelidade, Guarany, Modelo, Carmelitana, Capricho, S. Paulo e Santo Antonio, de accordo com os arts, 4 e 5 da lei 938, por estarem os referidos srs. vendendo pão, com *demasiada diferença para menos de peso* [...]”²¹

A carne por sua vez, era várias vezes retratada, mas sobre problemas diferentes. Os problemas envolvendo a “carne verde” no Recife dos anos 1920 começavam no Matadouro Municipal. Pelas notas de jornal, vemos que era um local que abrigava vários animais momentos antes do abate. Além do mais a impressão que se tem é de um lugar de má conservação e insalubre, sendo várias vezes atingido por “carbúnculos bacterianos”. Tal problema chegava a abater cerca de 3 a 4 animais por dia e requereu da Prefeitura medidas para solucionar a questão, tais como a ajuda da Faculdade de Medicina Veterinária de Olinda.²²

Contudo, carne contaminada não era o único problema. Ao longo da década é possível perceber um embate entre a Prefeitura e os comerciantes de carne sobre o preço da mesma. Com frequência, era publicada nos jornais notas oficiais deliberando sobre o preço que a “carne verde” deveria ser vendida no Recife. Ao longo da década o preço

¹⁹ A Província, 20/04/1927.

²⁰ A Província, 07/05/1925

²¹ Idem.

²² A Província, 06/01/1920.

9

do “kilogramma” deste produto variou de 1\$200 a 2\$880, fazendo com que a imprensa recifense várias vezes abordasse o tema. Foi o que aconteceu em 3 de Junho de 1928 quando “surpreendentemente” a Prefeitura decidiu baixar o preço da carne. Dizia a carta:

“A população do Recife sente-se satisfeita com a medida de grande alcance a favor do povo, encarnada da baixa do preço da carne verde, de 2\$000 o kilogramma, para 1\$600. O povo reclamava; a Imprensa por sua vez, collocada ao lado dos interesses da collectividade, fazia-se echo de sua justa queixa e assim sempre pacientemente a esperar e o tempo passar. Eis que chega a hora da realização dos sonhos doirados da população! A baixa do preço do primeiro gênero de consumo.”²³

Ainda segundo a carta, eram revelados elogios a forma como o então prefeito da cidade, Francisco da Costa Maia, governava-a, pois, este tomou “a hombros a defesa das classes mais desfavorecidas da sorte [...]” além de ser “um cidadão que sabe avaliar as agruras da pobreza.” Chega ao exagero de comparar o início de governo de Costa Maia ao crescimento da Roma Antiga quando afirma:

“Roma não se fez num dia – é brocardo antigo e por tanto, se não vemos todos os melhoramentos, vamos já nesta aurora de governo sentindo os influxos benéficos e salutareos de um fecundo passo dado logo em princípio.”²⁴

Para, além disso, pensamos que não podemos nos furtar a discussão sobre a questão do que podemos chamar de segregação da cidade. A partir da década de 1920 vemos algumas evidências de que uma nova Recife segregada estava emergindo: agora o centro da cidade não deveria mais ser habitado por pessoas de baixa renda, estava em curso o que o próprio Hobsbawm denominou de “segregação residencial”. O centro da cidade era um espaço que nos anos 20 tinha um custo habitacional enorme e crescente, criando um movimento de expulsão da classe trabalhadora daquela região (voltaremos a falar sobre este assunto no capítulo 2). Bairros como São José, Santo Antônio e Boa Vista que antes abrigavam um grande número de trabalhadores, agora será uma área de voltada para satisfazer as classes mais abastadas. A crescente ânsia pela modernidade que atinge a vida cotidiana dos mais abastados, daqueles que moram nos bairros centrais e que agora podem freqüentar com mais assiduidade os recentes teatros,

²³ A Província, 03/06/1928.

²⁴ Idem.

10

cinemas e cafés no centro da cidade. Estava em curso a idéia de que o centro era para os ricos assim como a periferia era para os pobres.²⁵

De outro lado, de acordo com Isabel Guillen, estava em voga uma serie de discussões e campanhas contra os mocambos e estas dão uma visibilidade para os modos de morar dos mais pobres e que revela a miséria que circunda a cidade, que penetra em becos e ruelas do Recife. A área norte do Recife, principalmente seus “altos” serão tomados por estas pessoas que de certa forma perderam espaço de habitação nas regiões centrais da cidade. O Alto de Santa Izabel, Alto José do Pinho, Alto do Mandu, dentre outros, vão sendo ocupados por essa gama de trabalhadores pobres expulsos do centro, principalmente do bairro de São José, ao mesmo tempo em que a cidade assiste um intenso movimento migratório de trabalhadores rurais, também expulsos das usinas e engenhos de açúcar. Sendo assim a zona norte do Recife é rapidamente povoada por estes trabalhadores humildes.²⁶

Segundo Guillen “Nesse contexto, o Alto de Santa Izabel, situado próximo ao mercado de Casa Amarela, coração da zona norte do Recife, rapidamente foi povoado, principalmente por ter uma localização privilegiada. Ruas sem calçamento, casas de taipa e capim, raros postes de madeira a iluminar o bairro durante a noite.” Lá fundam diversos brinquedos para o divertimento da comunidade como bumba-meu-boi, Cavalos- Marinho e Maracatus. Nestes locais trabalhadores eram possibilitados a criar redes de solidariedade que “fazia a vida cotidiana suportável, propiciando em meio aos afazeres que proviam a vida material do grupo, uma série de práticas culturais que lhes permitiam ressignificar suas vidas no novo local.”²⁷

Quando não habitavam os “altos”, restava-lhes povoar a beira dos mangues. Construídos de forma extremamente rústicas e artesanais, essas habitações próximas aos mangues, vão crescendo em quantidade dia após dia: eram os mocambos. Descrevendo como era o mocambo do “masseiro” Florêncio, amigo do moleque Riçado, José Lins do Rego, com precisão, nos mostra toda a dificuldade existente neste tipo de habitação.

²⁵ HOBBSAWN, Eric J. **Fazer-se da classe operária** in: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

²⁶ GUILLEN, Isabel C. M. . **Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife**. In: *XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.*

²⁷ Idem.

“No Recife tudo se comprava. Estivera na casa de Florêncio para não ir mais. O masseiro, a mulher e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. Custava 12 mil-réis por mês. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banzeiros pelas biqueiras dos mocambos. Comiam tripas de peixes que sacudiam pela porta afora. O bicho feio ficava de espreita, esperando. Os filhos de Florêncio passavam o dia pelo lixo que as carroças deixavam num pedaço de maré que estavam aterrando. Chegavam em casa, às vezes, com presas magníficas: botinas velhas, roupas rasgadas, trapos que serviam para forrar o chão, tapar os buracos que os caranguejos faziam dentro de casa. Eram bons companheiros os caranguejos. Viviam deles, roíam-lhe as patas, comiam-lhe as vísceras amargas. Cozinhavam nas panelas de barro, e os goiamuns de olhos azuis, magros que só tinham o casco, enchiam a barriga deles. Morar na beira do manguem só tinha uma vantagem: os caranguejos. Com o primeiro trovão que estourava, saíam doidos dos buracos, enchiam as casas com o susto. Os meninos pegavam os fugitivos e quando havia de sobra encangavam pra vender. Para isto andavam de noite na lama com lamparina acesa na perseguição. Caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo.” (REGO, 2005:70-71)

No entanto, estas associações por vezes eram vistas como imorais e promíscuas. Para Maria Clementina Pereira Cunha, muitas vezes os cortiços e mocambos eram considerados pelos intelectuais da época como locais onde poderiam surgir idéias perigosas e que poderiam, inclusive, interferir no “bom funcionamento” do carnaval. Segundo Cunha:

“A identificação, nesse caso, não é com a condição étnica de seus protagonistas, mas com um lugar social capaz de inspirar mais temor que compaixão, no qual negros e brancos pobres, trabalhadores braçais e prostitutas, vadios e lavadeiras compartilhavam um mesmo e apertado espaço de convivência considerada promíscua e moralmente contagiosa.” (CUNHA, 2001:47)

Sendo assim pensamos que os mocambos que constituíam as áreas mais periféricas do Recife eram vistos pelas classes dominantes como um local que deveria

12

ser abolido o quanto antes, pois eram tidos como “incubadoras” de práticas e idéias perigosas.

Em meio a este processo vemos também outra característica deste “novo padrão” social que os trabalhadores recifenses estavam enfrentando: obrigados agora a habitar a periferia do Recife estes trabalhadores pobres vão ter as ligações entre o local onde eles moravam e seu local de trabalho rompidas, quebradas. Não é difícil de imaginar que em períodos anteriores à década de 1920 as ruas, becos e ruelas dos Bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista fossem habitados por trabalhadores principalmente do porto do Recife, entre eles a maioria de estivadores. Forçados a habitar a periferia vão perder quase que completamente a característica de morar próximo ao local de trabalho. Sem contar que no mesmo período tal movimento de “periferização” da classe trabalhadora foi possível sobretudo graças a mais dois fatores: as tarifas de transporte não onerarem de forma considerável as despesas dos trabalhadores e o incremento do número de vagões de transporte que faziam principalmente o roteiro Casa Amarela/ Centro do Recife.

Assim como aconteceu com o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX,²⁸ o Recife testemunhou mudanças demográficas, econômicas e sociais. Segundo jornalistas do período a cidade quase que dobrou de habitantes durante o percurso da década de vinte passando de 220 mil para quase 400 mil habitantes.²⁹ Não apenas isso, vimos também uma notável carestia no custo de vida, e, como mostramos, frequentemente ocupava as páginas dos jornais. Por fim, uma cidade que se “polia”, embelezava e paulatinamente se “civilizava” precisava de habitantes à sua altura, logo todo e qualquer comportamento considerado atrasado será combatido e expurgado da sociedade. Ou seja, a medida que a cidade crescia, também crescia o medo dos governantes em relação aos comportamentos fora dos padrões de civilidade das classes mais pobres.³⁰

²⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed. Pág. 42.

²⁹ A Província, 29/07/1920.

³⁰ COUCEIRO, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920**. In: VII Encontro Estadual de História - Anpuh PE, 2009, Recife. Cultura, cidadania e violência. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. v. 01. Pág. 37.

13

A classe de trabalhadores do Recife dos anos 1920 não era um “ente”, ou melhor, não era uma massa homogênea, sem diferenciações; poderia estar inclusive em seus “primeiros passos”, possuía características próprias que a diferenciava das demais classes presentes no Recife. Além do mais, o próprio *status* moderno que se queria implantar na Cidade fazia com que novas práticas fossem engendradas ou extirpadas. Uma dessas práticas tidas como “incivilizadas” era a da vadiagem.

Vadiar, no Recife nos anos vinte chamará bastante a atenção da imprensa e das autoridades. O próprio fato de se permanecer na rua por longos períodos de tempo, formando algum tipo de aglomeração era muito mal visto pela imprensa da época. Várias vezes encontramos notas nos jornais acerca desta questão, evidenciando que o problema preocupava bastante os jornalistas.

“Ninguém pôde negar que Recife é, hoje em dia, uma cidade moderna, que dia a dia se civiliza e embeleza. Ninguém. Há, porém, aqui a prática de certos costumes que muito depõem dos nossos foros de gente civilizada. Por exemplo: esses senhores camelots a apregoarem em ruas e praças de grande movimento, como nosso clichê deixa ver as suas mercadorias, pronunciando discursos capazes de arrepiar até o mais caréca cidadão do mundo, é uma dellas. O ajuntamento de pessoas de todas as camadas sociais diante desses papalvos é uma coisa deveras lamentável para nossa gente e para o trafego de ruas onde os camelots fazem as suas práticas, falando às massas.”³¹

No mínimo três questões podem ser apuradas da nota acima. A primeira delas estava no fato da execução de práticas consideradas “não modernas” ou “atrasadas” pelos jornalistas. O comercio “boca a boca”, “pronunciando discursos capazes de arrepiar até o mais careca cidadão do mundo”, realizado pelos camelôs já era no período considerado deveras incivilizado. Portanto, constituía-se num comportamento que deveria ser extirpado da cidade que se queria “polida” e “moderna”.

O segundo problema residia no fato deste tipo de comércio contribuir para o “ajuntamento” de pessoas nas principais ruas e praças da cidade. Uma cidade devidamente modernizada permitia em suas ruas e praças o transito livre de pessoas para qualquer lugar, sem nenhum tipo de empecilho. Logo, para a imprensa da época, qualquer coisa que viesse a contradizer tal lógica deveria ser combatida com veemência.

³¹ Jornal do Recife, 30/06/1928.

14

Derivada da segunda questão ainda surge uma terceira, e que diz respeito à vadiagem em horário de trabalho. Os *camelots* ao montarem suas bancas em ruas e praças do Recife, permitindo assim a aglomeração de pessoas, fazendo com que suas “platéias” perdessem tempo ouvindo seus “discursos capazes de arrepiar cárecas”. Tempo este que deveria estar sendo gasto em atividades produtivas para si e para a cidade. Sem contar que para as autoridades policiais muita gente reunida era sinônimo de perigo.

Uma cidade que se queria “moderna”, primeiro precisava disciplinar seus habitantes visto que cada vez mais pobreza torna-se sinônimo de “perigo”. Na imprensa eram constantes as solicitações as autoridades para que estas tomassem providencias a fim de educar e disciplinar a população do Recife. Interessante nota foi lançada no “Jornal Pequeno” e abordava a questão dos “maós visinhos”. Dizia:

“As delegacias de polícia desta capital recebem constantemente queixas contra maós visinhos, mas, nestes últimos dias, taes reclamações têm sido feitas em número avultado. Em alguns desses casos a acção da polícia é difícil, por não saber ao certo de que lado está a razão; em outros é mesmo impossível pela ausência de factos que justifiquem a intervenção da autoridade. O máo visinho é uma instituição incommoda, e as vezes, *perigosa*. Individuo – homem ou mulher – *sem educação*, não vacila em incommodar os que moram junto e quando se intriga com estes inventa toda a sorte de hostilidades que um espírito perverso pode imaginar. [...] Sem pão nem pedra o máo visinho é capaz de levar ao desespero a pessoa mais pacata do mundo. E a polícia não pode intimá-lo a mudar-se. Mesmo porque, em outro lugar para onde fosse, continuaria a ser máo visinho. Efeitos da má educação...”³²

Esta nota nos permite perceber que estava em voga uma maior vigilância sob os habitantes da cidade, tanto no ambiente público como dentro do ambiente privado. Apesar de não destacar algum exemplo do que seria o “máo visinho” vemos que certas práticas não serão mais toleradas, nem se forem feitas dentro do âmbito do privado.

Seguindo adiante vamos observar que a saúde, logicamente, também estava inclusa neste “pacote” de melhoramentos pelos quais a cidade deveria passava. Nos jornais do período analisamos ao longo da década uma grande campanha na imprensa

³² Jornal Pequeno, 06/05/1921

15

da capital contra a venda de “gêneros deteriorados” e contra os comerciantes que vendiam alimentos estragados, chamados nos jornais de “envenenadores”. Não apenas isso, também é possível perceber uma maior fiscalização, apesar de não ser suficiente, entre as casas de pasto da cidade, inclusive fazendo com que as mesmas adotem o discurso da higiene como forma de atrair clientes para os seus estabelecimentos. Não raro encontramos anúncios nos jornais com este tema, como por exemplo, o da “Grande Casa de Pasto Bôa Fama” que em suas propagandas dizia ser a “mais *hygienica e arejada* de Pernambuco. Á noite transformada em café, conservado toda a noite. Orchestra de piano e bandolim até 2 da manhã.”³³

O “Departamento de Saúde e Assistência” fez questão de publicar num jornal de grande circulação uma nota onde chamava a atenção dos recifenses para diversas disposições sanitárias que vigoravam na cidade. Destacando de modo inclusivo o artigo 1002º:

“É obrigatório o mais rigoroso asseio nos domicílios particulares, habitações collectivas, casas commerciaes, estabelecimentos de qualquer natureza, terrenos ou logares, e pela sua falta ficam os proprietários, arrendatários, locatários ou responsáveis sujeitos a multa de 20\$ a 200\$000.”³⁴

Outro problema enfrentado pelas autoridades sanitárias do Recife eram os surtos de doenças. Foi o que aconteceu em janeiro de 1920 quando um surto de varíola quis “irromper”. Diziam os jornais:

“Não está de todo afastado o perigo da invasão ou irrupção de uma epidemia de varíola entre nós. Os focos do terivel mal, entre os quaes a capital da Bahia tem um destaque pavoroso, pelo morticínio sem precedentes que elle fez alli, ainda não estão extinctos. Persiste no espírito público um receio bem pronunciado de que a varíola irrompa nesta cidade.”³⁵

Como destaca a nota tal medo da “peste vermelha” se fazia justificado entre os habitantes do Recife, requerendo medidas “prophyláticas” do departamento de saúde. Diariamente uma grande quantidade de “vapores” ficavam parados no porto e um sem número de passageiros desciam das embarcações, fazendo com que os jornalistas duvidassem de que o “germem transmissor do mal é devidamente neutralizado ou

³³ Jornal Pequeno, 02/05/1921.

³⁴ Jornal do Recife, 04/05/1929.

³⁵ Jornal Pequeno, 09/01/1920

16

extinto pelas autoridades do porto.” No entanto, ressalta a nota que era bem possível ver médicos “operariando” pessoas contra a doença em frente a mercearias, farmácias e outros lugares. Todavia, denuncia também a nota, que alguns casos “suspeitos” têm acontecido na Encruzilhada e arredores...³⁶

Ao longo do trabalho buscamos mostrar, em diversos setores da sociedade, os esforços empreendidos para tentar tornar Recife numa cidade “adiantada”, “moderna” e “do progresso”. No entanto, este desenvolvimento esbarrava numa série de “empecilhos”, uma vez que muitos dos populares do Recife não se alinhavam ao discurso do “civilizado” que era proferido. Vimos que, quase sempre, estes esforços influíam na vida dos trabalhadores e trabalhadoras mais humildes da cidade, fazendo com que práticas fossem burladas ou ressignificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUCEIRO, S. C. . **Cenas urbanas: conflitos, resistências e conciliações no processo de modernização da cidade do Recife/ Brasil nos anos 1920.** En *Historia social urbana. Espacios y flujos*, Ed. Eduardo Kingman Garcés, 139-153. Quito: Colección 50 años FLACSO.

_____, S. C. . **Cidade, cotidiano e violência: cultura popular e polícia no Recife dos anos 1920.** In: VII Encontro Estadual de História - Anpuh PE, 2009, Recife. *Cultura, cidadania e violência*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. v. 01.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª Ed.

GUILLEN, Isabel C. M. . **Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife.** In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. **Fazer-se da classe operária** in: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

³⁶ Idem.

17

KIRK, Neville. **Cultura: costume, comercialização e classe.** In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LEITE LOPES, J. S. . **Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro.** In: C.H.M. Batalha, F. Teixeira da Silva, A. Fortes. (Org.). *Cultura de Classe.* Campinas: Ed. UNICAMP, 2004

REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo.** Estudo de Antonio Carlos Villaça. – 25ª Ed. – Rio De Janeiro: José Olympio, 2005.

RESENDE, Antonio Paulo. **As costuras das histórias: o Recife e a modernidade.** In: **Os anos 1920: histórias de um tempo/** Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Resende, Jaílson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA:

Fontes Impressos– Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj

Fundo: Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, microfilmagem, Recife, 1920-1930.